

PLANO DE GESTÃO PARA O COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ

2021 A 2024

A CHAPA DO CEP: CONSTRUÇÃO ORGÂNICA

Julio Cesar Muchenski

Hideraldo Corbolin Guedes

Vanilza Josefi

Wilson José Vieira

CURITIBA – PR

MAIO / 2021

FRENTES DE ATUAÇÃO	AÇÃO	DETALHAMENTO DA AÇÃO	OBEJTIVOS E METAS
Melhorias da aprendizagem de leitura, interpretação e escrita	Retomadas de conteúdos. Hora – atividade concentrada. Projetos interdisciplinares. Ambiente educativo adequado.	No ano de 2021, retomar e revisar os conteúdos previstos e aplicados, mas não assimilados de forma adequada. Professores da mesma disciplina e coordenação reunidos para estudos e planejamento. As disciplinas elaboram e implementam projetos educativos interdisciplinares. Organização das salas de aulas e demais espaços didático pedagógicos nas diferentes unidades.	Desenvolver os conteúdos essenciais, visando ao domínio dos mesmos. Melhorar a qualidade das aulas, fomentar a troca de experiências e materiais entre os professores. Engajar os estudantes em momentos de ensino e pesquisa. Melhorar a qualidade do ambiente de ensino para toda a comunidade escolar.
Redução da Reprovação.	Identificação e análise das causas de reprovação. Metodologias de ensino e organização do tempo de estudos.	Levantamento dos índices de reprovação e quais as causas. Acompanhamento pedagógico dos estudantes com baixo aproveitamento e orientação quanto aos hábitos de estudos.	Minimizar os índices de reprovação. Desenvolver metodologias adequadas e construir práticas de hábitos de estudos.
Redução do abandono escolar	Identificação e análise das possíveis causas do abandono. Auxílio ao estudante em situação de vulnerabilidade social.	Levantamento dos dados de abandono / desistência dos últimos anos. Busca por mecanismos que auxiliem o estudante de acordo com suas necessidades específicas.	Identificar as possíveis causas do abandono escolar. Promover ações de acolhimento e orientação pedagógica aos estudantes que retornam aos estudos.

Melhoria da aprendizagem na resolução de problemas e	Exercício da Gestão democrática	Diálogo permanente e promoção de assembleias.	Melhorar as relações profissionais e pessoais para um
estratégias de melhoria e acompanhamento do clima escolar.	Melhoria da comunicação Transparência das ações.	Democratização e acesso às informações. Publicidade das ações e participação efetiva das Instâncias Colegiadas.	trabalho mais efetivo e afetivo. Fortalecer todos os meios disponíveis visando a melhoria nos setores do Colégio. Tornar pública e acessível as informações e decisões da gestão do Colégio.

I. APRESENTAÇÃO

O presente documento apresenta uma proposta de gestão para o Colégio Estadual do Paraná (CEP) e consiste em um plano inicial de ideias, projetos e sonhos para a construção de um espaço de diálogo e colaboração.

Com muito respeito à história da instituição e ancorados no Projeto Político Pedagógico e em todos os demais documentos que emanam dele, almejamos a promoção de discussões coletivas, que envolvam toda a comunidade escolar, de forma coerente, transparente e participativa, pois entendemos que uma gestão baseada em valores autocráticos ou “pseudodemocráticos”, estará fadada ao fracasso.

Sabemos que o CEP é uma instituição de ensino que tem como foco principal a formação de crianças, jovens e adultos, preocupada com a formação humana integral. Por isso mesmo, nossa instituição não se resume ao trabalho didático da sala de aula, pois busca, por meio de seus inúmeros projetos, consolidar o conhecimento como forma de emancipação.

Desse modo, o presente plano tem como princípio de ação a constituição de uma gestão coletiva, participativa, dialógica e solidária. Além disso, pretendemos concretizar uma agenda de compromissos que possibilite o desenvolvimento de todos os interlocutores que compõem a comunidade escolar do CEP, para a concretização de uma gestão baseada em princípios democráticos.

Nesse sentido, a unidade deste coletivo configura-se na expressão gramsciana de “organicidade”. Ao contrapor à ideia de que possa existir uma racionalidade externa que arbitre ao coletivo, Gramsci (s/d) concebe que os próprios sujeitos, motivados pela necessidade de mudança e pela condição de seres pensantes, construam o seu projeto de humanização de forma orgânica e intrínseca. Contudo, esta organicidade não se expressa em homogeneidade, pelo contrário, ela é a própria objetivação da unidade na diversidade.

Para este coletivo, tem-se como meta que a organicidade se manifeste em um ambiente de trabalho existencialmente agradável, por onde se vislumbre, ainda que nas suas contradições, a convivência sem desconfortos, desconfianças, perseguições, ameaças e assédios. Um ambiente em que o medo e o denuncismo não sejam a concepção e o método de gestão.

Curitiba, 31 de maio de 2021.

II. APRESENTAÇÃO DA CHAPA

DIRETOR GERAL JULIO CESAR MUCHENSKI



Graduado em Física pela Universidade Federal do Paraná (2002), mestre em Formação Científica, Educacional e Tecnológica pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2015). Doutorando em Ensino de Ciência e Tecnologia na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, UTFPR, Brasil.

Professor do Colégio Estadual do Paraná, com contribuições na formação dos estudantes com a metodologia de ensino de Cultura de Laboratório de Física, com o

gênero de raciocínio de laboratório, com o pensar, fazer e criar ciência a partir do laboratório de Física.

Professor de ensino teórico e experimental de Física da Associação do Colégio Nossa Senhora de Sion. Com experiência na área de Física, com ênfase em Áreas Clássicas de Fenomenologia e suas Aplicações, atuando principalmente nos seguintes temas: letramento científico, ensino racional e empírico de Física.

Autor de guias instrucionais que entrelaçam a teoria e o empírico, com aplicação em atividades experimentais artesanais e tecnológicas, com a intencionalidade de que os estudantes através da especulação complexa de saberes científicos em diferentes aparelhos experimentais, aperfeiçoem o senso comum para um perfil científico. Autor de material didático e instrucional para rede privada de ensino, alinhado com a alfabetização científica dos objetos e fatos da sociedade técnico-científica.

DIRETORA AUXILIAR / MANHÃ**VANILZA JOSEFI**

Formada em história com especialização em Educação a distância, atuou no Colégio Estadual do Paraná ministrando aulas da disciplina de história de 2001 a 2006. Trabalhou na Diretoria de tecnologia da SEED e do NRE da área Metropolitana Sul com projetos articulados ao Ministério da Educação. Retornou ao quadro de docentes do Colégio Estadual do Paraná em 2016 e atuou como coordenadora da disciplina de história.

DIRETOR AUXILIAR / TARDE
HIDERALDO CORBOLIN GUEDES



Graduado em Física (1998) pela Universidade Federal do Paraná, UFPR; Especialista em Educação, Tecnologia e Sociedade em nível de Pós Graduação Latu Sensu (2008) e Mestre em Formação Científica, Educacional e Tecnológica, área de concentração em Ciências (2015), ambos pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, UTFPR, Brasil. Através de concurso público em 2003 passou a ser Professor do Colégio Estadual do Paraná contribuindo para formação de estudantes com a metodologia de ensino que leva em consideração a Aprendizagem Significativa; Colaborou na reestruturação do laboratório de Física através da criação e execução de aulas e experimentos fazendo uso do raciocínio de laboratório onde a aprendizagem se dá através do pensar, fazer a ciência a partir da experimentação.

DIRETOR AUXILIAR / NOITE
WILSON JOSÉ VIEIRA



Possui graduação em Filosofia - Licenciatura Plena pela Universidade do Sagrado Coração (Bauru/SP,1999), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2012) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2018). Pós-Graduado “Lato Sensu” em Gestão Escolar, pela UNINA (2019). Concluinte do Curso Gestão Escolar e Políticas Educacionais do Paraná, pela UEPG/SEED (2020)

Atualmente é professor - Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná, Participa do grupo de pesquisa em ensino de

Filosofia NESEF/UFPR. Quadro próprio do magistério, atuando nas disciplinas de Filosofia e História no Colégio Estadual do Paraná. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase no Ensino de Filosofia, atuando principalmente nos seguintes temas: filosofia e educação.

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Colégio Estadual do Paraná - Ensino Fundamental, Médio e Profissional
Av. João Gualberto, 250, Alto da Glória. Curitiba – Paraná. CEP: 80030000
CNPJ: 77162337/0001-20

Endereço na Internet é o site: www.cep.pr.gov.br
Endereço eletrônico é o e-mail: cep@cep.pr.gov.br
Entidade Mantenedora: Governo do Estado do Paraná

Consideramos o contido no Projeto Político Pedagógico (PPP-2020), que destaca que o Colégio foi criado pela Lei nº 33, de 13 de março de 1846, transformado em Órgão de Regime Especial pela Lei nº 6.636, de 29 de novembro de 1974, nos termos da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, e da Lei nº 19.848, de 03 de maio de 2019, e constitui-se como órgão de utilidade pública, com relativa autonomia administrativa e financeira.

O Colégio Estadual do Paraná (CEP) tem por finalidade, atendendo ao disposto nas Constituições Federal e Estadual, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Decreto Estadual nº 1396/2007, ministrar o Ensino Fundamental, Médio Regular, Educação Profissional, nas formas Integrada e Subsequente de nível médio, atividades artístico culturais e esportivas, observadas, em cada caso, a legislação e as normas especificamente aplicáveis.

Os horários de funcionamento do Colégio Estadual do Paraná, em seus três turnos de oferta de aulas regulares são: Matutino: 07h10min às 12h30min; Vespertino: 13h às 18h20min e Noturno: 18h35min às 22h55min.

2. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Consideramos importante destacar um breve histórico que conta um pouco da trajetória no tempo do Colégio Estadual do Paraná, dados que contribuem para formar imagens do CEP e da sua importância para a história de Curitiba e do Estado do Paraná. Citamos algumas das datas marcantes que auxiliam a compreensão da sua importância, cuja história foi marcante para o estado do Paraná, haja vista que a denominação do estado aparece no nome do colégio:

Em 1846 é criado o LICÊO DE CORITIBA, pela Lei n.º 33, de 13 de março, sancionada pelo Presidente da Província de São Paulo, Marechal Manoel da Fonseca Lima e Silva - Barão de Suruí, e instalado em casa alugada no Largo da Matriz, atual Praça Tiradentes.... Nesta época, a região ainda pertencia à Província de São Paulo, obtendo sua autonomia somente em 29 de agosto de 1853 com a lei assinada pelo Imperador Dom Pedro II, que desmembrou a região da Província de São Paulo. Logo após teve início um programa oficial de imigração europeia para a região, principalmente de poloneses, alemães e italianos que vieram em busca de riquezas... Início da construção da nova sede. Julgada insuficiente a área, em 1944 é desapropriada a Chácara da Glória, ou de "Nhá Laura", na avenida João Gualberto, iniciando-se aí a construção da atual sede... Em 29 de março de 1950, é inaugurada a sede atual pelo então Presidente da República General Eurico Gaspar Dutra e pelo Ministro da Educação e Cultura, Professor Clemente Mariani... Em 2003 ocorre a renovação de Reconhecimento do Ensino Médio e Profissional pela Resolução nº3.415, Diário Oficial nº6.619, de 3 de dezembro. É feita a aprovação da Proposta Curricular para implantação de Cursos de Educação Profissional Nível Técnico, integrado ao Ensino Médio (04 anos), parecer nº109503, de 18 de dezembro, do Conselho Estadual de Educação. (PARANÁ. PPP Colégio Estadual do Paraná, 2020).

Haja vista algumas das datas é de fácil inferência que a escola é mais antiga do que o próprio estado do Paraná, pois sua história se iniciou ainda quando o Paraná era parte da Província de São Paulo, antes de o Brasil se tornar uma república. De antemão, é possível adiantar o quanto no CEP há uma aura de tradição, que possivelmente influenciou muitas das pessoas que integram à instituição, inclusive com possível formação de representações mitificadas acerca da escola e da sua história.

Entretanto, na tradição, há vieses bons e ruins, essencialmente ruins quando há expectativas de um perfil progressista acerca da escola, principalmente no que tange em termos fundamentais da “Res Publica”, a qual, enquanto “Coisa do Povo”, deveria avançar para contribuir na formação de estudantes, no que diz respeito à promoção da pluralidade de pensamentos e de representações de mundo. Uma espécie de contraponto, por exemplo, ao conservadorismo de certas representações pautadas em estruturas de pensamento reacionárias.

A tradição permeia também as questões que envolvem o espaço físico, sendo este, de acordo com o PPP (2020), espaço

“privilegiado pela localização no centro da capital paranaense e pelo tamanho da área que disponibiliza para seus estudantes, professores, funcionários e comunidade. O CEP tem sido um dos principais espaços de eventos artísticos, científicos, políticos e culturais na capital do Estado, embora ainda não tenha sido incluído oficialmente no Roteiro Turístico de Curitiba. Tornou-se, assim, um espaço integrado e voltado às necessidades sociais, culturais e esportivas não só da comunidade curitibana, como também de todo o Estado”. (PARANÁ. PPP 2020. p.9).

É importante destacar que desde o final do ano de 2018, o CEP encontra-se ocupando diferentes espaços em função da obra de restauro. Com isso, há preocupações e expectativas em relação à questão da estrutura física do colégio.

As preocupações são referentes à oferta de atividades em espaços compartilhados, organização integrada e manutenção adequada, criando enorme desafio na composição do trabalho educativo. As expectativas relacionam-se ao retorno ao prédio do colégio quando as obras estiverem concluídas. Reorganizar espaços e fazer as adequações exigirão esforço, trabalho e coletividade.

As unidades em que o CEP desenvolve as atividades educativas atualmente são:

Colégio Estadual Tiradentes – CEP/Tiradentes - Endereço: R. Pres. Faria, 625 - Centro, Curitiba; **Colégio Estadual Amâncio Moro** – CEP/Amâncio - Endereço: Av. Presidente Washington Luiz, 620 - Jardim Social, Curitiba; **Colégio Estadual Conselheiro Zacarias** – CEP/Zacarias - Endereço: R. Ubaldino do Amaral, 401 - Alto da Glória, Curitiba; **Instituto Estadual de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto** – CEP/Instituto - Endereço: Rua Emiliano Perneta, 92 - Centro, Curitiba. **Colégio Estadual Guaíra** – CEP/Guaíra - Endereço: R. Lamenha Lins, 1962 - Rebouças, Curitiba. **Colégio Estadual Professor Loureiro Fernandes** - CEP/Loureiro - Endereço: R. Mal. Mallet, 540 - Ahú, Curitiba. **Colégio Estadual Rio Branco** - CEP/Rio Branco - Endereço: R. Bpo. Dom José, 2426 - Seminário, Curitiba. **Colégio Estadual Professor Guido Straube** (CEP/Guido Straube) - Rua Jacarezinho, 1680 – Mercês – Curitiba.

Desde que ocorreu a reorganização da escola, observaram-se várias dificuldades, como a falta de integração na condução da gestão nas diferentes unidades de ensino, principalmente quanto ao trabalho pedagógico, e com as gestões das unidades (dissonâncias e diferenças na cultura de cada escola), além das dificuldades em manter as especificidades das atividades das coordenações nas diferentes áreas. Observamos que, diante disso, e considerando o CEP que desenhamos, há a necessidade de transparência, comunicação, vontade, desburocratização, equidade e humanização.

Com isso, e entendendo CEP como espaço de conhecimento, buscaremos por um trabalho que seja integrador e que se constitua uma relação de respeito entre culturas escolares distintas, mas não antagônicas.

3. JUSTIFICATIVA

A democracia representativa, historicamente, tem apresentado os seus limites. Por isso, uma gestão escolar precisa ter como premissa o diálogo constante, a partir do qual todo o processo de tomada de decisões expresse as aspirações e as demandas deste coletivo.

Desejamos uma escola em que todos e todas possam expressar suas ideias, concebendo-se orgânicos e orgânicas no processo. Defendemos as assembleias como método e espaço de defesa de posicionamento, nas quais se permite o contraditório, concebe-se a dialética, fundamentam-se conhecimentos, aprofundam-se saberes e permite-se o consenso possível para o processo de tomada de decisões.

É fundamental que ocorram as devidas mediações com as políticas educacionais de governo, e que sejam respeitados os anseios, as necessidades e os projetos daqueles que escolheram como representantes da comunidade escolar.

Diante da insuficiência da representatividade que gesta usando instrumentos punitivos, é fundamental priorizar o diálogo entre todos os segmentos de gestão, como alternativa às atas, ameaças, punições, perseguições, legitimando de fato os anseios da comunidade. Com isso, criando um ambiente, de fato, educativo.

4. OBJETIVO GERAL

Construir um projeto de escola pública, entendendo o CEP, não apenas como o gigante desburocratizado, mas como um colégio de fato democrático, que se pinte de todos e todas, que seja a expressão dos que nele se veem como parte integrante para e na construção efetivamente coletiva, não apenas no discurso, mas na concepção, no método e na práxis.

4.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Propiciar efetivamente relações interpessoais mais próximas entre todos os componentes da comunidade escolar, tendo em vista união e unidade, bem como os diferentes setores.

Desenvolver práticas que efetivem o processo de ensino aprendizagem, consolidando a Proposta Pedagógica do Colégio.

Organizar os tempos e espaços, aproximando as diferentes áreas do conhecimento, que proporcionem a garantia de acesso, permanência e êxito escolar.

5. METAS

Difundir o diálogo como princípio e método de gestão.

Construir uma unidade de gestão de modo a atender a comunidade do CEP em dois contextos: 1. escola organizada em seis diferentes unidades (restauro), circunstância de pandemia da COVID-19 e ensino remoto e 2. reorganização da escola quando retornar ao prédio central, ensino remoto e ensino presencial.

6. AÇÕES / ESTRATÉGIAS

6.1. GESTÃO DEMOCRÁTICA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 enfatiza que as instituições públicas de educação obedecerão ao princípio da gestão democrática assegurado a existência de órgãos colegiados. O Art. 12, Incisos I a VII, elenca algumas das ações a serem realizadas pelo conjunto de profissionais a fim de atender a esse princípio:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica; II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros; III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas; IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente; V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei.

Assim, defendemos um projeto de escola pública pautado na democracia e na participação, nos princípios da educação como formação humana e na construção coletiva.

Um projeto no qual princípios não se negociam, mas se expressam na coerência como critério de valor. A ética, maior expressão desta autonomia, configura-se na confiança do trabalho coletivo. Para isso, é importante: restabelecer a confiança e a harmonia nas relações entre as pessoas e disseminar a concepção de educação, conforme o PPP, e os

valores que fundamentam a prática pedagógica, para a convergência de esforços e unidade de procedimentos.

Defendemos um projeto pautado no humanismo, na educação como formação humana e na construção coletiva, no qual a relação entre estudantes, professores, gestores, profissionais da educação e equipe pedagógica seja mediada pelo conhecimento e fortalecida por princípios comuns que os identifiquem e unifiquem. Isto posto, concebemos a construção da autonomia como um processo no qual a unidade na diversidade se objetiva na tomada de consciência.

Há a necessidade de mudança, e na condição de seres pensantes que construam o seu projeto de humanização de forma orgânica. Contudo, esta organicidade não se expressa em homogeneidade, pelo contrário, ela é a própria objetivação da unidade na diversidade.

Para tanto, defendemos que o pedagógico seja pautado numa razão epistemológica, social e histórica, que enfrente o senso comum, o pragmatismo, o tecnicismo e a arbitrariedade na tomada de decisões. Neste sentido, reafirmamos que o fortalecimento do pedagógico está na centralidade deste projeto, uma vez que “é necessário tornar o pedagógico mais político e o político mais pedagógico”. (Giroux, 1997). Isso significa que este projeto ratifica a dimensão política pedagógica da escola pública.

Ela é política quando expressa as necessidades, intencionalidades e aspirações do coletivo que o compõe e daqueles que, não somente são representados por este projeto, mas contidos nele. Neste sentido, a concepção da coletividade é fundante. O coletivo enquanto “base” fortalece e deve ser fortalecido por quem os representa.

Inserido na dimensão política, o fazer pedagógico - tendo a práxis como síntese - deve partir do cotidiano. Este, refletido, analisado, questionado e fundamentado, eleva-se à condição do saber escolar. Para isso, uma das condições é a unidade, ou seja, a conexão entre os diversos sujeitos do CEP.

O conhecimento, mediatizado no fazer diário, é a primazia das relações entre as pessoas. Em outro sentido, o conhecimento historicamente construído pelo coletivo da humanidade é o elemento fundante do currículo. Desse modo, reafirmamos o Projeto Político Pedagógico do CEP. Defendemos um currículo que traduza os princípios das ciências de referência de cada disciplina e suas relações interdisciplinares.

Por isso, algumas ações são fundamentais, como:

-Garantir a Matriz Curricular de 30 horas/aula para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio diurno.

-Manter as Disciplinas Curriculares, bem como assegurar as Disciplinas escolhidas pela Comunidade Escolar do CEP para compor a Parte Diversificada como LEM-Espanhol e Desenho Geométrico no Ensino Fundamental.

-Assegurar, aperfeiçoar e ampliar os projetos existentes, após avaliação dos mesmos em relação às necessidades e demandas da comunidade escolar, bem como sua contribuição em cumprimento da função social da escola.

-Implementar ações que valorizarem a participação da Família na escola, do Grêmio Estudantil, da APMF, do Conselho Escolar e da Equipe Multidisciplinar.

-Elaborar pesquisa e plano para identificar demandas e potencialidades com vistas à ampliação dos cursos técnicos ofertados.

-Atuar no sentido de ampliar o quadro de servidores de suporte (informática, multimeios, laboratoristas, por exemplo), bem como o quadro de agentes I e II para todos os setores.

-Elaborar um plano de conservação e manutenção preventiva de equipamentos e infraestrutura geral dos cursos técnicos.

-Elaborar um plano de assistência psicossocial a estudantes em situação de vulnerabilidade.

-Manter as coordenações de disciplina e assegurar as eleições para escolha entre os professores (seus pares que estão efetivamente envolvidos em sala de aula), estabelecendo o período para a realização dessa eleição, bem como rediscutir sobre o Regimento Escolar que trata da concepção, da vigência (tempo) do mandato e das atribuições das Coordenações/CEP.

-Mediar para desburocratizar as relações de trabalho, considerando que os professores perdem muito tempo, o qual poderia ser mais bem aproveitado com discussões sobre o processo de ensino aprendizagem.

-Propor a equidade na distribuição de recursos nas diferentes áreas de conhecimento e setores.

-Comprometer-se em manter o porte do Colégio.

-Implementar estudos para viabilizar o ensino em tempo integral no Colégio.

6.2. AVALIAÇÃO

-Retomar os conteúdos apresentados no ano letivo de 2020, no ano letivo de 2021, com o intuito de possibilitar o acesso aos conteúdos / conhecimentos básicos definidos na Proposta Pedagógica e no Plano de Trabalho Docente.

-Priorizar a autonomia docente na definição dos critérios e instrumentos de avaliação.

-Reafirmar as especificidades das áreas e, em especial, dos componentes curriculares quanto aos critérios da avaliação do ensino-aprendizagem.

-Priorizar a autonomia e a especificidade da área na utilização ou não do peso das avaliações externas como critério de avaliação.

-Debater as avaliações em larga escala à luz do PPP como instrumento de auto avaliação do processo ensino-aprendizagem, e não como pragmatismo instrumental tecnicista.

-Implementar a Avaliação institucional do CEP, considerando a avaliação de todos os setores: administrativo, divisão educacional, coordenações de área, bem como os segmentos de gestão.

-Implementar a autoavaliação integrada à avaliação institucional subsidiada pelos critérios de desempenho.

-Realizar o diagnóstico constante para prever ações de planejamento e realimentação do PPP.

6.3. PRÁTICA PEDAGÓGICA

As costuras entre as disciplinas e as relações intrínsecas entre elas devem se expressar num projeto de escola, de modo que o CEP vá para além dele mesmo, que possibilite uma formação humana. A politização das relações não pode reforçar os vícios da democracia representativa. Ela deve expressar as necessidades históricas para quem se gesta a escola: os estudantes - parte integrante desta relação. Queremos estudantes que ocupem lugar de destaque na relação com o conhecimento e a própria história; estudantes autônomos que saibam pesquisar e transpor o saber escolar em saber de vida, de transformação e de humanização.

Desejamos que a arte, a ciência, a cultura, o esporte e o trabalho como princípio educativo sejam o sentido da vida na escola, por meio dos quais assume-se um posicionamento de todos aqueles que trabalham, estudam e defendem o que é público.

Seguem algumas intenções:

-Conduzir as questões pedagógicas por meio de diálogo e busca por soluções a curto, médio e longo prazo.

-Concretizar as decisões de reuniões e construir um ambiente colaborativo, organizado e coletivo.

-Discutir com seriedade e profundidade as situações que envolvem ensino aprendizagem, por meio de registros e tomada de decisões permeadas pelo Regimento escolar do CEP e pelos fundamentos pedagógicos.

-Organizar e definir processos de melhorias da comunicação e protocolos para a resolução de conflitos e mediações de situações-problema.

-Melhorar a comunicação entre os integrantes da equipe pedagógica e demais instâncias do colégio, informatizando processos e simplificando as formas de dar retorno aos encaminhamentos (devolutivas).

-Potencializar o trabalho pedagógico, evidenciando a natureza do trabalho dos pedagogos, bem como dos demais funcionários que atuam como apoio.

-Desenvolver a autonomia no conteúdo e método de organizar os momentos de estudos e planejamento, considerando a realidade e as necessidades de professores, estudantes e responsáveis e valorizando os profissionais da escola.

-Melhorar a organização dos Conselhos de Classe, reunião de pais, assembleias.

-Retomar os registros das ocorrências diárias referentes aos estudantes pelas direções de turno.

Organizar as reuniões pedagógicas semanais / quinzenais com as direções de turno, estabelecendo as linhas de ação e as rotinas do trabalho.

-Unificar os instrumentos de registro: ficha do Estudante, convocações, comunicados, ocorrências, solicitações, registro de laudos médicos, Plano especial de estudos, entre outros, em um sistema informatizado junto ao Infocep.

-Melhorar o sistema de controle de entradas e saídas dos estudantes, bem como o registro de ocorrências e situações atípicas atendidas pela Direção Auxiliar.

-Garantir o espaço de estudos e formação em serviço dos pedagogos, em consonância com as necessidades da escola e ainda considerando as dificuldades que carecem maior atenção.

-Criar espaço no site do colégio para publicação de planos de trabalho dos professores, bem como a organização dos calendários de avaliação.

-Criar uma Coordenação da Educação Profissional, como elo entre o corpo docente e pedagógico dos cursos técnicos e a Divisão Educacional e a Direção Geral, e com atribuições de planejamento e execução, conforme o porte da escola.

-Proporcionar a Formação em Ação e eventos similares com conteúdos específicos para a Educação Profissional, envolvendo não só os docentes, como servidores que atuam em turmas/períodos da educação profissional

-Retomar a Semana da Educação Profissional, inicialmente anual (2º semestre letivo), mas com perspectiva de se tornar bianual (uma versão em cada semestre letivo), voltada à comunidade externa.

-Elaborar um plano de Parcerias Público-Públicas, para serem firmadas entre o CEP e instituições públicas, das três esferas, para viabilizar: estágios, obrigatórios ou não; visitas técnicas e aulas de campo regulares, fixadas em calendário, na grade do curso; convergência de infraestruturas; atividades práticas regulares; participações em eventos; promoção de interdisciplinaridades e na elaboração de planos outros, como os listados mais a seguir:

-Repensar a concepção desse Reforço e dessa Assistência superando uma visão simplista de “repetição” e/ou “tira-dúvidas”.

-Reestruturar a carga horária do Reforço e da Assistência, destinando mais tempo para a interação e construção do conhecimento.

-Propor o processo de inscrição/seleção/matrícula para os Cursos do CELEM/CEP em duas fases, sendo a primeira fase destinada especificamente aos estudantes matriculados no Ensino Regular do CEP e a segunda fase, destinada aos estudantes de outras escolas e também à comunidade.

Dar continuidade às ações e tratativas (protocolados) junto à SEED-PR para a reorganização do funcionamento do CELEM visando à publicação de nova Instrução Normativa que potencialize o processo de ensino e aprendizagem de línguas.

-Assegurar a proposta construída pelo CELEM/CEP para a reorganização do formato da oferta dos Cursos do CELEM de anual para o formato semestral, bem como implementar

o Teste de Classificação previsto em legislação e defender a implementação do Quadro de Conteúdos Mínimos e alimentar o RCO, otimizando o preenchimento dos professores.

-Buscar a implementação do Curso de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) ofertado pelo CELEM em cumprimento à Lei Federal nº10.436/2002 e Decreto Lei nº5.626/2005, que dispõem sobre a inclusão de Libras na Educação, oportunizando aos estudantes do CEP e Comunidade a construção de conhecimentos que potencializam a inclusão e a interação entre ouvintes e comunidade surda, promovendo a acessibilidade e a cidadania e do Curso de PFOL (Português para Falantes de Outras Línguas), oportunizando a construção do conhecimento da Língua Portuguesa e das Culturas Brasileira e Paranaense aos estudantes intercambistas de diferentes países que se matriculam no CEP, aos estrangeiros que fazem validação de documentos de estudos no CEP, bem como aos cidadãos refugiados, migrantes e apátridas, integrando-os e acolhendo-os à sociedade brasileira, em consonância com a Lei Estadual nº18.465/2015.

-Propor a criação de periódico científico numa visão multidisciplinar atendendo todas as Áreas do Conhecimento.

-Fomentar a utilização do filme nacional como fator de aprendizagem filosófica por intermédio do cineclube na escola, amparado na Lei 13.006/14, que instituiu a obrigatoriedade de exibição mensal de 2h de filmes nacionais nas escolas públicas.

6.4. ACESSO, PERMANÊNCIA E SUCESSO NA ESCOLA

-Implementar os sistemas de busca ativa referente aos estudantes em situação de abandono.

-Promover as ações de acolhimento e orientação pedagógica aos estudantes que retorna aos estudos.

-Atuar para obtenção de passe escolar para estudantes em situação de vulnerabilidade e de impossibilidade financeira de custear transporte para as aulas.

-Viabilizar ações que auxiliem o estudante com dificuldade financeira / situação de vulnerabilidade social a terem acesso a estágios remunerados.

Proporcionar os mecanismos de Plano especial de Estudos aos estudantes com elevado número de faltas ou em situação de abandono, organizando novas oportunidades de avanços em sua aprendizagem e aproveitamento escolar.

-Ofertar as aulas de Reforço escolar, em contraturno, para estudantes com baixo aproveitamento escolar.

-Desenvolver metodologias apropriadas aos estudantes em situação de abandono, com acompanhamento pedagógico e orientação quanto a hábitos de estudos.

6.5. AMBIENTE EDUCATIVO

O ambiente educativo é aquele no qual os professores participam ativamente das decisões que incidem diretamente sobre a sala de aula, com respeito aos diferentes sujeitos do ambiente escolar; considerando a escola como lugar essencial para a construção de aprendizagens significativas e o professor como elemento responsável desse processo. E, o estudante, como sujeito agente resultante de práticas sociais éticas e críticas, contribuindo, assim, para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Esta equipe diretiva se compromete a combater a discriminação de caráter étnicoracial, o preconceito contra relações de gênero e diversidade sexual e o assédio moral nas suas diferentes manifestações. Para tanto, propõe a criação de um grupo permanente de discussão para implantar ações com o objetivo de disseminar a cultura do respeito à diversidade.

O ambiente educativo influencia na qualidade da escola sendo que os desafios para atingir esta qualidade são constantes. Um deles é a disponibilidade e qualidade dos espaços e/ou equipamentos e uso pedagógico adequado desses. Tendo em vista que as salas de aula são os espaços mais utilizados pelos estudantes, estas devem ter atenção especial.

Em vista desse grande desafio, a gestão incentivará a participação de professores, funcionários e estudantes na vivência das regras que definem o uso dos espaços e das relações sociais e pedagógicas no CEP, tendo como fundamento o Regimento Escolar.

Outra meta a ser assegurada é o direito do acesso à educação, à permanência e à qualidade do ensino por meio da reorganização da Biblioteca do CEP, nos diferentes espaços, além dos laboratórios, do Planetário, do Observatório Astronômico, do Canteiro de Obras, da Escolinha de Arte, do setor de Educação Física, com suas diversas práticas esportivas, ambientes para pesquisa, do CELEM, com o estudo de diferentes idiomas, do Reforço Escolar, do Refeitório, do GECEP, do DANCEP, da Banda Bento Mossurunga e do Centro de Memórias. Também é de suma importância, valorizar as vivências artísticas como processo de conhecimento.

A gestão também se propõe, por meio do setor de comunicação, a facilitar o acesso à informação (site e redes sociais) sobre horários de atendimento dos setores do colégio e nas diferentes Unidades (enquanto houver situação de restauro), para que estes possam ser acessados por toda a comunidade escolar interna e externa. Dessa forma, pode-se melhorar o sistema de informação entre as Unidades Escolares e de acesso à comunidade.

Além disso, propõe-se promover reuniões periódicas com os coordenadores de disciplinas do Ensino Básico e com os coordenadores dos cursos profissionalizantes com o objetivo de criar um ambiente pedagógico que possibilite a realização do processo interdisciplinar, integrando as disciplinas à proposta pedagógica do colégio. Após tais reuniões, os professores terão acesso às informações discutidas na pauta (Ata), por meio das Coordenações. Além de reuniões semanais com os Agentes Educacionais I e Agentes Educacionais II para a organização do trabalho, discussão e reflexão das ações a serem desenvolvidas pelos diferentes setores do CEP.

Por fim, esta equipe diretiva se compromete a valorizar todos os sujeitos do colégio, pois entende que tal ação é fundamental para o acesso, a permanência e a qualidade do ensino.

- Criar grupos permanentes de discussão (formado por professores, estudantes e funcionários) sobre as questões raciais, de gênero e lgbtqi +, visando compartilhar formação de qualidade para toda a comunidade interna do CEP.

6.6. AMBIENTE FÍSICO ESCOLAR

O ambiente escolar se define como um espaço público no qual grande parte de nossos estudantes passam seu tempo – é um dos lugares que permitem exercitar tal convívio. A estrutura física da escola, assim como sua organização, manutenção e segurança, revela muito sobre a vida que ali se desenvolve.

Entendemos que o trabalho educativo não se limita à sala de aula, mas, se a configuração desse ambiente for acolhedora. Escola bonita não deve ser apenas um prédio limpo e novo, mas sim bem planejado, um espaço no qual se intervém de maneira a favorecer sempre o aprendizado, fazendo com que as pessoas possam se sentir confortáveis e consigam reconhecê-lo como um lugar que lhes pertence.

A situação atual do Colégio Estadual do Paraná, desde 2018, encontra-se em restauro. As obras continuam e não tem data definida para retorno ao Prédio Principal. Durante o ano

de 2019 e 2020 os estudantes e toda estrutura pedagógica do CEP foram organizados em oito diferentes espaços (C.E. Tiradentes, C.E. Zacarias, Instituto de Educação do Paraná, C.E. Amâncio Moro, Colégio Estadual Guaíra, C.E. Loureiro Fernandes, C. E. Guido Straube e C. E. Rio Branco). Em 2021 e até o término do restauro e retorno para o Prédio principal do CEP, a comunidade escolar deve ficar alocada nesses espaços.

Em março de 2020, as Escolas do Estado do Paraná foram fechadas para aulas presenciais devido à pandemia do coronavírus (COVID-19) e a Secretaria de Estado de Educação adotou o sistema de aulas remotas. Neste período, os professores utilizaram salas de aula da plataforma Google (*classroom*). O modo de prevenção ao coronavírus, além do uso de máscaras e da higienização das mãos, é o distanciamento social, principalmente porque ainda não há vacina. Portanto, o Colégio Estadual do Paraná, como qualquer outra instituição de ensino, segue as normatizações da Secretaria Estadual de Educação e da Saúde, além dos decretos do Governador e do Presidente. Segundo a Sociedade Brasileira de Infectologia, a vacina está prevista somente para o final do segundo trimestre de 2021. Pensando nesta realidade, e se houver diminuição de casos da doença em Curitiba, algumas escolas poderão retomar gradativamente as atividades extracurriculares (esportes, artes, línguas estrangeiras, aulas de reforço, Observatório Astronômico, entre outras). Quanto às salas de aula, independente do tipo de ensino (híbrido ou presencial), é imprescindível que este espaço proporcione comodidade, conforto, segurança, limpeza e ventilação adequada. Em relação ao uso compartilhado de espaços nas unidades escolares, esta equipe diretiva manterá um bom relacionamento com a gestão local.

O Patrimônio do CEP está alocado em depósitos e distribuído nas oito Unidades de Ensino e, tão logo ocorra o retorno ao Prédio do CEP, tal patrimônio será reorganizado nos espaços restaurados.

Em cada unidade escolar, haverá um Diretor Auxiliar ou um representante da Direção Auxiliar, um agente público administrativo e um Pedagogo responsável para atender as necessidades da Comunidade Escolar, além dos professores distribuídos em cada unidade, de acordo com a carga horária. A gestão compromete-se a designar os Agentes I e II para as unidades, respeitando suas necessidades e as da Escola, com prévia consulta, mantendo-se o diálogo, sempre em uma perspectiva de gestão democrática e humanizada.

A Gestão se compromete a informar toda a comunidade escolar sobre o andamento das obras de restauro do prédio do CEP, visando à transparência das informações e das ações.

A partir da reinauguração do prédio do CEP com o fim das obras de restauro, esta gestão compromete-se a:

- Primar pela manutenção dos espaços esportivos (pista de atletismo, campo de futebol e Ginásio de Esportes).

- Realizar estudos e projetos para a melhoria do espaço físico escolar, como cobertura das quadras esportivas externas, pista de atletismo e cobertura da piscina de aprendizagem, bem como acompanhar o trâmite de possíveis protocolados relacionados às reformas e obras do CEP e seus anexos, e as relacionadas ao Canteiro de Obras e ao Observatório Astronômico.

- Assegurar a preservação dos espaços do colégio e combater a depredação do patrimônio público, para garantir que todos os membros da comunidade escolar tenham acesso a esses espaços de forma segura e que possam usufruir desses ambientes que pertencem a todos.

- Atender as especificidades dos cursos técnicos no que diz respeito aos espaços adequados que cada curso exige para que o processo ensino-aprendizagem se efetive de forma ampla e com qualidade.

- Destinar espaços necessários para a dança e outras manifestações artísticas presentes na Escolinha de Arte e no DANCEP, ampliando o rol de atividades artísticas oferecidas pelo colégio.

- Valorizar a memória histórica do CEP com o objetivo de reforçar e preservar uma identidade e aproveitar melhor os espaços.

- Inserir os alunos como agentes da criação de espaços alternativos e sustentáveis.

- Equipar adequadamente laboratórios de todas as áreas de conhecimento com vistas à melhoria da qualidade do ensino e à consequente elevação do aproveitamento do (a) estudante.

- Realizar a manutenção adequada do espaço escolar e dos equipamentos necessários para sua conservação, bem como conservar e fazer uso adequado dos equipamentos e materiais necessários à prática pedagógica.

Por fim, esta equipe diretiva fará organização dos espaços do CEP visando sempre à melhoria da qualidade do ensino e ao bem-estar e à segurança dos membros da comunidade escolar, ouvindo a todos (as) em uma gestão participativa e democrática.

6.7. FORMAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA

O conhecimento é produzido, historicamente, a partir da relação que se estabelece entre pensamento e ação, o produto e o método, de forma individual e coletiva. Segundo Kuenzer (2002), o conhecimento é produto e processo da práxis humana. Com as mudanças processadas no mundo do trabalho e respectivos impactos sobre a educação, o conhecimento passou a exercer uma mediação inédita entre o homem e o trabalho e novos desafios são impostos à escola

[...] a partir do final dos anos 1980, entram em cena as reformas educativas ditas neoliberais que se encontram em andamento. Sob inspiração do toyotismo, busca se flexibilizar e diversificar a organização das escolas e o trabalho pedagógico, assim como as formas de investimento. Neste último caso, o papel do Estado torna-se secundário e apela-se para a benemerência e voluntariado. Em ambos os períodos, prevalece a busca pela produtividade guiada pelo princípio de racionalidade, que se traduz no empenho em se atingir o máximo de resultados com o mínimo de dispêndio. Para esse fim, o Estado, agindo em consonância com os interesses dominantes, transfere responsabilidades, sobretudo no que se refere ao financiamento dos serviços educativos, mas concentra em suas mãos as formas de avaliação institucional. (SAVIANI, 2002, p. 23)

O modelo taylorista/fordista apresentava uma organização do trabalho marcado por uma “dualidade estrutural”. Existiam os responsáveis pelas “funções operacionais” e os que realizavam a “função intelectual” (política, técnica e pesquisa). Para os primeiros, a relação entre educação e trabalho era estabelecida pelo modo de fazer (treinamento e experiência). Do trabalhador não se exigia nada mais que alguns anos de escolaridade: apenas o suficiente para permitir o domínio de alguns conhecimentos rudimentares de leitura, escrita, cálculo, de saberes acerca da natureza e da sociedade. O segundo grupo de trabalhadores, realiza o trabalho não mediado pelo “fazer” e, sim, pelo “domínio do saber científico,” estabelecido a partir de uma longa formação escolar. (KUENZER 2002).

Com a instauração do modelo ou paradigma da “acumulação flexível” (“era flexível”) ocorreu, segundo Dias (2009, p. 102), a diminuição do estado-nação e a primazia do mercado, a mundialização do capital e a fragilização das formas tradicionais relativas a economia nacional que por sua vez passa a agir em função da regulação do capital corporativo além da atração de capital financeiro mundial. Ainda para Dias,

O trabalho regular e industrial foi profundamente reduzido. Práticas flexíveis de gestão foram adotadas nos vários setores da economia, assim como formas pretéritas de trabalho. Trabalhos domésticos e familiar que têm sua configuração principal sob o nome de trabalho em domicílio ressurgem em plena era da acumulação flexível como peças centrais e indispensáveis à reprodução do capital. Tudo isso implicou níveis altíssimos de desemprego “estrutural” e subemprego, além do enfraquecimento das condições salariais da classe trabalhadora. (DIAS, 2009, p. 102)

Diante da realidade que se estabelece, a deste contexto, uma série de questões acerca do trabalho, da educação e da formação dos trabalhadores são apresentadas. Diante das exigências do mercado, inaugura-se um novo perfil quanto à qualificação do trabalhador.

Ao capital não mais interessa o trabalhador especialista, voltado para o desempenho de uma única ocupação, dotado de capacidade física e habilidades manuais. O paradigma flexível de base técnica renovada exige conhecimentos, destrezas, habilidades intelectuais e polivalência. Novos elementos são valorados na utilização da mão de obra. O trabalhador deve possuir a capacidade de agir, intervir e decidir em situações imprevisíveis e não se limitar à execução de uma única tarefa. (DIAS, 2009, p. 108).

Decorre também deste aspecto o vertiginoso interesse do capital no que tange a educação do trabalhador. Afinal, a contínua compreensão e apreensão de elementos científicos e tecnológicos no processo de produção, tendo em vista a acumulação do capital, - as denominadas habilidades cognitivas -, até então reduzidas a determinadas funções, passam a ser requeridas e exigidas a todos em razão da reestruturação do modo de produção capitalista.

É necessário que o trabalhador obtenha formação adequada ao interesse do mercado. Diante dos novos paradigmas, uma cultura passou a se estabelecer tendo em vista a existência de tecnologias recentes que se modificam, continuamente, e em consequência, modificam a vida social e produtiva, porém, de forma variável de um país para o outro. Diante disso, novas exigências, conhecimentos e habilidades são requeridos, principalmente, diante do conhecimento para parcela importante da população.

Evidencia-se, portanto, a necessidade de apropriação, pelos que vivem do trabalho, como condição para sua sobrevivência, de conhecimentos científicos, tecnológicos e sóciohistóricos, com particular destaque para as formas de comunicação e de organização e gestão dos processos sociais e produtivos. Mas não só, uma vez que a dinamicidade dos processos de produção do conhecimento, que constantemente torna obsoleto o já conhecido, trazendo novas demandas, exigem também a capacidade de aprender os caminhos através dos quais os conhecimentos são produzidos, ou seja, o método. Portanto,

por efeito das contradições, a necessidade do estabelecimento de outra relação com o conhecimento, na perspectiva do conteúdo já produzido e dos caminhos metodológicos para sua produção tendo em vista o enfrentamento da exclusão, se generaliza para os que historicamente têm vivido do trabalho. (KUENZER 2002, p. 138).

A escola deve reconhecer que a relação entre o homem e o conhecimento se dá através da mediação da linguagem, em suas múltiplas formas de manifestação: linguagem, matemática, artes, informática, linguagem do corpo.

Diante desse momento do processo produtivo, no qual as relações de trabalho estão fundamentadas no aspecto cognitivo mediado pelas novas tecnologias de informação, possuir o domínio das variadas linguagens torna-se decisivo quanto à inclusão e à exclusão das pessoas.

[...] nos novos paradigmas organizacionais baseados nos sistemas informacionais de base microeletrônica, flexíveis, a diferença se põe na finalidade, agora vinculada de outro modo ao crescimento da economia, não mais pela maximização da produção, mas pelo desenvolvimento tecnológico através da difusão/acumulação de conhecimentos e aumento dos níveis de rapidez e complexidade no processamento e controle da informação, de modo que a acumulação do capital se faz sem a expansão do sistema produtivo e do emprego. A partir das novas tecnologias de base microeletrônica, portanto, muda o eixo da relação entre homem e tecnologia, que agora passa a se dar com os processos, e não mais com os produtos. Desta forma, a substituição da rigidez pela flexibilidade significa que, pelo domínio dos processos, as possibilidades de uso das tecnologias não mais se limitam pela ciência materializada no produto, mas dependem do conhecimento presente no produto e no usuário. (KUENZER, 2002, p. 140-141)

A partir do campo educacional, este representa que a centralidade dos conteúdos deve ser substituída pela centralidade do processo-produto; no conteúdo-método. É necessário dominar e apreender os processos de produção do conhecimento e não apenas conhecê-lo. Importante observar conforme assinala Dias (2009, p. 109) que o discurso de que a melhor preparação ou qualificação do trabalhador para a obtenção de melhores empregos e salários representa a “transferência de responsabilidades”, ou seja, “a vítima do desemprego passa a ser responsável pela sua condição de desempregado”, o trabalhador “passa a ser responsável direto pelo seu sucesso e fracasso”.

À escola cabe uma importante função: possibilitar o acesso e domínio das diferentes linguagens enquanto aspecto elementar para que ocorra à inclusão. Porém sem perder de vista o aspecto ideológico “do poder da educação como mecanismo de superação da crise, da melhoria das condições sociais dos trabalhadores e do acesso às posições qualificadas” (Dias, 2009, p. 110) basta observar que existem muitos diplomados, titulados e graduados excluídos do mercado de trabalho.

Ainda, segundo Kuenzer (2012), ao tratar da função da escola, deve-se primeiramente:

“[...] pensar o papel da escola com relação à democratização do acesso às diferentes linguagens, em decorrência da concepção explicitada e das novas demandas da vida social e produtiva, uma primeira conclusão se impõe: a capacidade de construir e decodificar significados é mediada pelas relações sociais, que no modo de produção capitalista são relações de classe; na criança, resultam da primeira socialização, que se diferencia em função da origem de classe, resultando a precarização cultural da precarização econômica.(p. 144-145)

Um trabalho, de formação competente, pode diminuir essas diferenças, porém, estas nunca serão eliminadas, porque são socialmente produzidas. Vive-se um acentuado processo de exclusão e aumento das desigualdades entre classes e regiões, e a escola pública, tendo em vista as condições, não pode sanar isso. Estamos frente a um cenário constituído por um outro tipo de sobrantes ou excluídos: os desconectados. E essa condição não é apenas sob o aspecto tecnológico, mas também quanto ao conhecimento, pois o desenvolvimento de certas capacidades básicas (habilidades) não estão efetivamente democratizada. Doravante a contínua precarização da escola pública, da falta de investimentos na formação de professores - para desenvolver de forma competente as devidas relações entre trabalho, cultura, conhecimento - e novos sistemas de informações, o que ocorre é termos “para os sobrantes desconectados, uma escola e um professor também desconectados, portanto, também sobrantes” (idem, p. 145).

Considera-se, segundo os elementos apontados e as contradições apresentadas, o papel da escola pública e, em específico, do Colégio Estadual do Paraná, diante das mudanças que ocorreram no mundo do trabalho, seja o estabelecimento de relações significativas a partir das diferentes linguagens com o conhecimento, do desenvolvimento de condições significativas de aprendizagem.

A formação continuada de qualidade para os professores da Educação Básica requer o reconhecimento dos professores como produtores de conhecimento do processo ensino-aprendizagem, enquanto sujeitos que aprendem e ensinam, na relação com o mundo e com os outros, algo fundamental para o desenvolvimento educacional. (VIEIRA, 2018. p. 22)

À frente da complexidade e dos problemas presentes no mundo da vida das pessoas que integram a comunidade escolar do Colégio Estadual do Paraná, no que diz respeito às vivências e das suas relações com a realidade, dos contextos subjacentes aos fatos, com uma percepção em reconstrução do que exatamente é o empírico, que converge com a necessidade da pesquisa nas ciências humanas e sociais, a pesquisa qualitativa é uma

resposta a questões complexas a respeito de vivências do mundo da vida, que não permitem uma exatidão e definições rígidas a priori.

Portanto, diante do desafio hercúleo de mudança e transformação escolhemos a Pesquisa – Aplicação (PA) como metodologia de investigação.

A pesquisa-aplicação é uma metodologia de pesquisa adequada para resolução de problemas complexos no âmbito da prática educacional, a partir do estudo:

[...] sistemático do desenho, desenvolvimento e avaliação de intervenções educacionais tais como programas, processos de aprendizagem, ambientes de aprendizagem, materiais de ensino –aprendizagem, produtos e sistemas em educação...] (PLOMP, 2018, p. 25).

O Design – Based Research¹ Collective (DBR) declara que:

[...] a pesquisa em educação está frequentemente divorciada dos problemas e questões do dia a dia — um afastamento que resulta em uma lacuna de credibilidade e cria a necessidade para novas abordagens de pesquisa que atentem diretamente para os problemas da prática e que levem ao desenvolvimento de ‘conhecimento útil’...] (2003, p. 5).

Ao se traduzir Design – Based Research do inglês tem – se a expressão pesquisa baseada em design, uma forma de investigar sobre práticas educacionais a partir de problemas práticos e complexos dos ambientes escolares de ensino-aprendizagem tomados como premissas, com a intenção de desenvolver teorias que busquem soluções para esses problemas, na forma de projetar o design, por exemplo, de propostas de ensino, para serem aplicados na forma de intervenção, avaliados de forma sistemática e assim reformados para novas intervenções, na forma organizacional de ciclos.

¹ Traduzido do inglês - A pesquisa baseada em design: é um tipo de metodologia de pesquisa usada por pesquisadores das ciências da aprendizagem, que é um subcampo da educação. O processo básico da DBR envolve o desenvolvimento de soluções para problemas. Em seguida, as intervenções são usadas para testar como elas funcionam

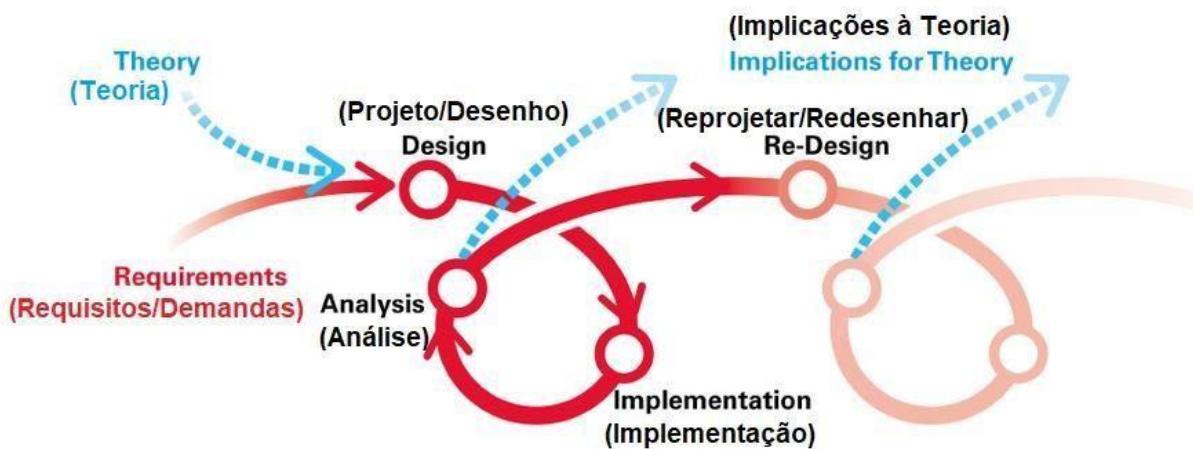


Figura 1: diagrama das fases da Pesquisa-Aplicação. Nossa tradução. Acesso:

[https://www.researchgate.net/figure/Design-based-research-as-an-ongoing-process-of-innovation-The-researchprocess-is-fig1_275040746](https://www.researchgate.net/figure/Design-based-research-as-an-ongoing-process-of-innovation-The-research-process-is-fig1_275040746)

Mas, afinal o que é a Pesquisa-Aplicação?

Neste Plano de Ação, a Pesquisa-Aplicação destina-se à produção de soluções com suporte em investigações dos problemas complexos que emergem da prática educacional, nesta forma a Pesquisa-Aplicação define-se por Plomp et tal como:

[...a análise, o projeto e a avaliação sistemática de intervenções educacionais com o duplo objetivo de produzir soluções baseadas em pesquisa para problemas complexos na prática educacional e aprofundar nosso conhecimento sobre as características dessas intervenções e sobre seus processos para projetá-las e desenvolvê-las...] (2018, p. 31).

Os dois produtos da Pesquisa – Aplicação, isto é, intervenções projetadas com base na pesquisa bem como os saberes sobre elas, ou teorias que nelas se baseiam. O movimento duplo de intervenções construídas a partir de teorias, ou da pesquisa nas intervenções que produzem ou aperfeiçoam teorias, definição que também pode ser encontrado em Barab e Squire:

[...a pesquisa baseada em projeto não é apenas uma abordagem, mas uma série de abordagens com o objetivo de produzir novas teorias, artefatos e práticas que explicam e potencialmente impactam o ensino e a aprendizagem em ambientes naturais...] (2004, p. 2).

O termo intervenção carrega consigo uma parte pejorativa quando o associamos a um tipo de ingerência de caráter intruso e autoritário nas vivências de pessoas, grupos e foros sociais, por exemplo, nos regimes autoritários de governo, como foi na história brasileira dos tempos de ditadura militar. Entretanto, para este projeto de gestão, preferimos a perspectiva positiva do vocabulário, pois sabemos do cotidiano que intervenções também podem ser de

caráter altruísta e positivo, como aquelas intervenções humanitárias divulgadas nos meios jornalísticos, que primam por diminuir os impactos no mundo da vida das pessoas quando são assoladas por pandemias, desastres ambientais, conflitos armados e outras mazelas sociais.

É na perspectiva positiva que aplicaremos as intervenções no âmbito educacional da nossa escola, que alinhamos a investigação com os trabalhos de Chizzotti (2006), Dionne (2007), Dubost (1987) e Thiollent (2011). Todos autores que:

[...] valorizam as Pesquisas de Natureza Interventiva como modalidades de investigação úteis para gerar conhecimentos, práticas alternativas/inovadoras e processos colaborativos. Além disso, podemos testar ideias e propostas curriculares, estratégias e recursos didáticos, desenvolver processos formativos, nos quais, os pesquisadores e demais sujeitos envolvidos, atuam na intenção de resolver questões práticas sem deixar de produzir conhecimento sistematizado...]. (TEIXEIRA E MEGID, 2017, p. 1056).

Para enfrentarmos os problemas práticos que assolam os contextos históricos, sociais e filosóficos que permeiam a instituição CEP, optamos em realizar uma “pesquisa de natureza interventiva” (TEIXEIRA E MEGID, 2017), a qual na forma e na essência, ou seja, em termos metodológicos e epistemológicos a pesquisa – aplicação que se caracteriza por:

projetar e desenvolver uma intervenção (tais como programas, estratégias de ensinoaprendizagem, materiais, produtos ou sistemas) como solução para problemas educacionais complexos, bem como para aprofundar nosso conhecimento sobre as características dessas intervenções e os processos para projetá-las e desenvolvê-las ou, alternativamente, projetar e desenvolver intervenções educacionais acerca de processos de aprendizagem, ambientes de aprendizagem e assemelhados, por exemplo, com o propósito de desenvolver ou validar teorias. (PLOMP et tal, 2018, p. 30).

De tal forma que optamos para pautar a possível gestão a pesquisa de intervenção ou ainda pesquisa na ação, por oferecerem respostas para problemas de natureza prática como os do Colégio Estadual do Paraná que se encaixam nesse perfil. Pois, conforme Reeves (2006) defende, a Pesquisa-Aplicação constitui-se como método de pesquisa sistemática para problemas complexos de contextos específicos. Ou seja, de modo que pesquisadores no processo de investigação projetem teorias associadas à compreensão das condições reais dos problemas nos contextos em ambientes naturais de ensino-aprendizagem na orientação de Barab e Squire (2004). Portanto, organicamente ajustadas no processo de desenvolver uma solução adequada para o problema naquele contexto real específico.

Para isso, propomos a realização de cursos de capacitação via *Moodle* sobre a pesquisa aplicação, com vistas à imersão dos professores nessa forma de metodologia, inclusive com uma proposta de certificação.

-Instituir grupos de estudos com vistas à formação continuada em serviço, fomentando aprofundamentos nas diferentes áreas de formação, pesquisas e reflexões sobre a prática, em parceria com Instituições Públicas de Ensino Superior.

-Buscar a inserção do CEP em uma rede de pesquisadores e grupos de educação filosófica internacional.

7. AVALIAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

Será realizada a constante retomada do plano de ação para verificar o que vem sendo posto em prática e a necessidade de flexibilização para atingir os melhores resultados.

Partimos do pressuposto de que a avaliação é diagnóstica e, por isso, é preciso debruçar-se constantemente ao processo.

O plano de ação aponta diretrizes convergentes ao Projeto Político Pedagógico do CEP, que também sofre constantes avaliações e é realimentado, observando as necessidades/ demandas da comunidade escolar e as determinações legais.

A retomada constante do Plano de Ação assegura um olhar vigilante na busca da concretude das ações afirmativas postas no referido plano.

Por isso, propomos:

- Avaliação do Plano de Ação pela comunidade escolar no início, definindo prazos, bem como ao término do ano letivo.
- Monitoramento constante das ações definidas.
- Análise do Conselho Escolar, em reuniões ordinárias.

7.1 INDICADORES DE FLUXO

Indicadores 2020		META PROJETADA
Percentual de aprovação dos estudantes no Ensino Fundamental	99,75%	99,75%
Percentual de aprovação dos estudantes no Ensino Médio	95,87%	96,00%
Percentual de aprovação dos estudantes no Ensino Médio Integrado	98,37%	99,00%
Percentual de aprovação dos estudantes do Ensino Médio Técnico/Subsequente	64,91%	65,50%
Percentual de aprovação de estudantes por Conselho de Classe no Ensino Fundamental	9,95%	9,00%
Percentual de aprovação de estudantes por Conselho de Classe no Ensino Médio	14,34%	13,00%
Percentual de aprovação de estudantes por Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado	23,84%	22,00%
Percentual de aprovação de estudantes por Conselho de classe no Ensino Médio Técnico/Subsequente	36,80%	35,50%
Percentual de abandono dos estudantes no Ensino Médio Técnico/Subsequente	31,98%	30,00%
IDEB - SAEB		
IDEB ENSINO FUNDAMENTAL		
ANO	META PROJETADA	IDEB OBSERVADO
2015	6.9	6.3
2017	7.0	6.6
2019	7.2	6.3
2021	6.7	

IDEB - SAEB		
IDEB ENSINO MÉDIO		
ANO	META PROJETADA	IDEB OBSERVADO
2017	----	Não houve quórum suficiente para diagnóstico
2019	----	Não houve quórum suficiente para diagnóstico

PROGRAMA PRESENTE NA ESCOLA - 2021		
ETAPA OU MODALIDADE DE ENSINO	MÉDIA % DE FREQUÊNCIA 2021	MÉDIA % LANÇAMENTO LRCO 2021
ENSINO FUNDAMENTAL	95%	92%
ENSINO MÉDIO	94%	94%
ENSINO MÉDIO INTEGRADO	82%	92%
ENSINO MÉDIO TÉCNICO SUBSEQUENTE	77%	90%

9. REFERÊNCIAS

- BARAB, S.; SQUIRE, K. Design-based research: Putting a stake in the ground. *Journal of the Learning Sciences*, 13(1), p. 1-14, 2004.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro De 1996. Brasília, 2020. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. (Acesso em 16/11/2020).
- CHIZZOTTI, A. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Petrópolis: Vozes, 2006.
- DIAS, A. P. Trabalho, precarização e qualificação profissional. In: ALVES, A. E. S.; LIMA, G.O.P; CAVALCANTI, M. N. (Orgs.). *Interfaces entre história, trabalho e educação*. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2009, p. 139-156.
- DESIGN-BASED Research Collective. Design-based research: An emerging paradigm for educational inquiry. *Educational Researcher*, 32(1), p. 5-8, 2003.
- DIONNE, H. A pesquisa-ação para o desenvolvimento local. Brasília, DF: Líber, 2007.
- DUBOST, J. *Intervention psycho-sociologique*. Paris: PUF, 1987.
- GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- _____. A formação dos intelectuais. S. Ferreira (Trad.). Rio de Janeiro: Achiamé, 2013.
- GIROUX, Henry A. Professores como Intelectuais Transformadores. In: GIROUX, Henry A. Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, 157-164.
- KUENZER, A. Z. Educação, linguagens e tecnologias: as mudanças no mundo do trabalho e as relações entre conhecimento e método. In: KUENZER, A. Z. et al. *Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 135-160.
- _____. A. Z. *Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2000.
- LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Lins (Org.). Capitalismo, trabalho e educação. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002, p. 13-24.
- PARANÁ. Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual do Paraná. Curitiba, 2020.
- _____. Proposta Pedagógica Curricular do Colégio Estadual do Paraná. Curitiba, 2017.
- _____. Regimento Escolar do Colégio Estadual do Paraná. Curitiba, 2017.
- PLOMP, T. Pesquisa-aplicação em educação: uma introdução. In: PLOMP, T. et al. (Orgs.).



Pesquisa-aplicação em educação: uma introdução. São Paulo: Artesanato Educacional, 2018.

REEVES, T.C. (2006). Design research from a technology perspective. In: VAN DEN AKKER, J. et al. (Eds.). Educational design research. London: Routledge, 2006, p. 52-66.

SAVIANI, D. Transformações do capitalismo do mundo do trabalho e da educação. In: TEIXEIRA, P. M. M.; MEGID NETO, J. Uma proposta de tipologia para pesquisas de natureza intervenciva. Ciência & Educação (Bauru), v. 23, n. 4, p. 1055–1076, 2017.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 82-103.

VIEIRA, W. J. Objetivação da aprendizagem filosófica no ensino médio: uma análise da mediação docente e da produção discente a partir do uso do texto filosófico nas aulas. 200 f. Tese (Doutorado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.